

Resenha do artigo intitulado “Prisão civil do devedor de alimentos”¹

Review of the article entitled “Civil Prison of the Food Debtor”

 ARK: 44123/multi.v6i11.1507

Recebido: 07/08/2024 | Aceito: 17/12/2024 | Publicado on-line: 20/06/2025

Micaelly Paixão da Silva²

 <https://orcid.org/0009-0001-1800-5622>

 <http://lattes.cnpq.br/4278020835320545>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: micaellypaixao@gmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Prisão civil do devedor de alimentos”. Este artigo é de autoria de: Letícia Pereira de Souza; Vanuza Pires da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação”, no Vol. 09, edição n. 10, out., 2023.

Palavras-chave: Alimentos. Prisão Civil. Devedor.

Abstract

This is a review of the article entitled “Civil Prison of the Food Debtor”. This article was written by: Letícia Pereira de Souza and Vanuza Pires da Costa. The article here reviewed was published in the journal “Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação”, in Vol. 09, edition n. 10, Oct., 2023.

Keywords: Food. Civil Prison. Debtor.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Prisão civil do devedor de alimentos”. Este artigo é de autoria de: Letícia Pereira de Souza; Vanuza Pires da Costa. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação”, no Vol. 09, edição n. 10, out., 2023.

Contudo, conheçamos um pouco às autoras deste artigo, e o currículo de cada uma delas. Muito do que compõe a formação ou a experiência de uma autora favorece a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a redigir. Desta forma, no que concerne as autoras conheçamos:

A primeira autora deste artigo é Letícia Pereira de Souza, acadêmica do curso de Direito pela Universidade de Gurupi – UNIRG.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Érida Cassiano Nascimento.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus

A segunda autora deste artigo é Vanuza Pires da Costa. Possui um currículo amplo, sendo graduada em Direito pela Fundação Educacional de Gurupi; mestra em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM (2022). Docente na Universidade de Gurupi – UNIRG e Faculdade UNEST. Palestrante e advogada (desde 2002). Possui especialização em Direito do Trabalho e Processo do trabalho e Pós-graduação *Latu Sensu* pela Faculdade ITOP (2009). Currículo Lattes: <http://attes.cnpq.br/8457902370224546>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, da obrigação alimentar: aspectos gerais, a prisão civil do devedor, análise jurisprudencial da temática, considerações finais, referências.

No resumo deste artigo, as autoras aludem que a prisão civil visa garantir o bem-estar e o suporte financeiro adequado para manutenção das necessidades essenciais. Contudo, trata-se de um tema complexo, sendo um meio coercitivo utilizado em último recurso, quando esgotado outros meios de adimplir esta dívida. Além disso, em casos de calamidade pública a prisão pode ser domiciliar.

O tema deste artigo é “Prisão civil do devedor de alimentos”. Foi discutido o seguinte problema: “Quais os aspectos jurídicos da prisão civil por dívidas de alimentos? A prisão do devedor é uma medida eficaz para recebimento do débito alimentício?”. O artigo partiu da seguinte hipótese, na qual se destaca que a prisão civil trata-se de uma medida eficiente, mas, quando se torna ineficaz, o Judiciário adere outras medidas.

No presente artigo, o objetivo geral foi averiguar os efeitos jurídicos e sociais da prisão civil, e demonstrar sua eficácia no pagamento desta prestação pecuniária. Nos objetivos específicos, as autoras discorrem sobre as causas que levam a essa situação, os procedimentos e as consequências da prisão na esfera familiar.

A temática da pesquisa traz consigo a seguinte justificativa: no que tange à sociedade, a proposta é demonstrar que se trata de um direito/garantia fundamental, pois tem o objetivo de proteger a dignidade. No campo da ciência, visa demonstrar que a prisão civil diz respeito a uma medida preventiva com o propósito de garantir ao alimentando seus direitos previstos em lei. No âmbito profissional, busca-se aprimorar os conhecimentos acerca desse importante assunto.

Na metodologia do artigo, as autoras fundamentaram-se utilizando a técnica de revisão bibliográfica de estudos científicos e jurisprudências, encontradas nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo. De forma relevante, as autoras expõem no primeiro capítulo da obra resenhada que, desde o início das sociedades, a temática sobre alimentos é bastante discutida. O texto enfatiza com eficácia que os alimentos formam um conjunto sistematizado indispensável para manutenção das necessidades básicas do indivíduo, e evidencia de forma clara que, mediante o inadimplemento da prestação alimentar, a prisão civil do devedor é uma das medidas cabíveis.

De maneira importante, o manuscrito evidencia que, com a regulamentação do direito de família, a obrigação de prestar alimentos tornou-se um dever legal; e assim nasce a figura do credor e devedor. Por conseguinte, o texto enfatiza que no artigo 1.697 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), aduz-se que a prestação alimentar segue a ordem de sucessão. Conforme mencionado no artigo, é mútua entre progenitores e seus descendentes a obrigação alimentar, enquanto que, para os avós, trata-se de uma prestação acessória.

A obra resenhada explicita com objetividade que a matéria relacionada aos alimentos encontra-se no Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) e no Código de Processo Civil de 2015 (BRASIL, 2015), tendo por objeto tutelar sobre os direitos

e as garantias do alimentando. Contudo, de forma clara, o texto evidencia que a obrigação alimentar antes de ser imposta, leva em consideração o binômio: possibilidade e necessidade, onde é analisado o caso concreto. Ainda assim, o manuscrito esclarece que o meio coercitivo de execução é de suma importância, pois estimula o cumprimento da obrigação pecuniária, podendo os executados cumprir a prisão em regime fechado, em celas separadas dos demais presos, e podem ficar de 01 a 03 meses. Souza e Costa evidenciam que a prisão civil não abrange aos avós, tendo em vista a idade e condição física, a qual aduz o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei Complementar nº 10.741/2003 (BRASIL, 2003), que juridicamente protege os idosos maiores de 60 anos.

Letícia e Vanuza afirmam de forma relevante que na visão jurisprudencial a prisão civil irá analisar o caso concreto e suas individualidades. Deste modo, o texto evidencia com objetividade o artigo 528, § 2º do Código Processual Civil de 2015 (BRASIL, 2015), que endossa o fato de que, se comprovado a impossibilidade ao pagamento alimentar, a prisão civil não ocorrerá.

As autoras deixam claro que durante o período de pandemia, a medida coercitiva transformou-se em regime domiciliar. Com o fim da COVID-19, essa medida não é mais amparada por lei, tornando-se inválida.

De maneira importante, Souza e Costa destacam que a doutrina discorda de que a prisão civil seja o meio coercitivo correto, pois, de modo enfático, o texto aduz que o aumento das prisões pode causar a superlotação do sistema judicial e carcerário. Posto isto, como forma de simplificar, o manuscrito dispõe que há outros meios coercitivos, tais quais: retenção do passaporte e da CNH.

Destarte, o texto salienta de forma importante, mesmo que de ofício, a decisão não poderá modificar o rito, sendo uma prerrogativa exclusiva da parte credora.

Por fim, as autoras finalizam esta sublime obra enfatizando que os alimentos podem ser pagos tanto em dinheiro quanto em *in natura*, visando garantir uma boa qualidade de vida. Devem ser cobradas a partir do descumprimento das 03 (três) parcelas e as que vencerem após a execução, conforme explicita o artigo 528, §7º do Código Processual Civil de 2015 (BRASIL, 2015).

Referências

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.105**, de 15 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 04 maio 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 04 maio 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 04 maio 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 04 maio 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 04 maio 2024.

SOUZA, Letícia Pereira; COSTA, Vanuza Pires. Prisão Civil do devedor de alimentos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. Vol. 09, n. 10, out., p. 1512-1528, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i10.11684. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11684>>. Acesso em: 04 maio 2023.